



PLANO DE GOVERNO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

GESTÃO MUNICIPAL (2021-2024)



JOSINELIO MUNIZ
Vice-Prefeito

A RETOMADA DO CRESCIMENTO

**A cidade que temos, a cidade que
queremos, a cidade que teremos!**

Porto Velho - Rondônia
2020

QUEM É BRENO MENDES?

Professor, Pedagogo e Advogado, nasceu em Crateús/CE, migrou ainda criança com seus pais para Porto Velho, conhecida como capital dos sonhos e desafios. Chegando aqui, foram morar num barraco de madeira numa invasão no bairro Caladinho. Aos 14 anos perdeu seu pai atropelado em um trágico acidente na Av. Rio Madeira com Av. Rio de Janeiro, obrigado assim a trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar.

Terminando o ensino médio, ingressou na faculdade de Pedagogia, depois foi aprovado como técnico educacional em concurso público na Secretaria de Estado da Educação (SEDUC); em seguida, cursou Direito e, após aprovado no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), começou a carreira profissional como Advogado, ajudando especialmente aos mais vulneráveis.

Hoje tem 42 anos, casado, pai de cinco filhos, avô e militante nas causas sociais, passaram a ser visto pela população portovelhense como “Fiscal do Povo”, por todas as lutas que travou em defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade social, em especial, àquelas vítimas de abusos praticados pela concessionária de energia da nossa capital e na orientação do auxílio emergencial em plena pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Cristão desde criança, sempre tem Deus acima e à frente de todos os seus projetos pessoais ou profissionais; tem a família como primeiro ministério, tem amor pela leitura e pelo trabalho, sendo sempre uma grande satisfação servir ao próximo, com igualdade, e generosidade, em busca de justiça e solidariedade. Como cidadão, se engajou nas lutas sociais, sempre ansioso por transformações sociais de verdade, percebeu que existe na capital Porto Velho, vocação, potencialidades e recursos, o que falta é gestão, amor, com foco nas ações sociais para transformar em oportunidades e garantir o bem-estar social das pessoas.

QUEM É JOSINELIO MUNIZ?

Empreendedor, Escritor e Ministro Sacerdotal, nasceu em Jaru/RO, mas foi registrado em Ji-Paraná/RO, devido à falta de Cartório na cidade. Ainda na adolescência veio morar em Porto Velho, precisamente no bairro São Francisco, Zona Leste, onde reside até hoje. Semelhante a todo morador da periferia foi obrigado a trabalhar para ajudar no sustento familiar desde os 12 anos. Era criança quando carregava os ombros de jornais para vender nos pontos estratégicos da cidade. Ainda com 13 anos se tornou ajudante de pedreiro e era esnobado pelos amigos por não suportar o peso do carrinho de mão cheio de massa. Na adolescência foi chapa descarregando e carregando carreta e, por fim, se formou em Instrutor de Trânsito, atuando por 10 anos na profissão, até conseguir abrir uma autoescola localizada na Zona Leste.

Terminou os estudos tardiamente, nem por isso deixou de ingressar na faculdade de Teologia, de acordo com a vocação sacerdotal. Foi ordenado ao ministério aos 28 anos e assumiu a liderança direta em janeiro de 2010, sendo aprovado pelo Conselho Regional de Pastores da igreja onde é lotado, Comunidade Internacional da Paz. Após a conclusão do curso de Teologia, devido ao trabalho empresarial que exercia, decidiu ingressar no curso de Direito. Na qualidade de Ministro Sacerdotal, por exercer a função do ensino, decidiu pelo curso de pós-graduação em Docência Superior, curso que está finalizando e iniciando Mestrado em Ciências da Educação. Diante do exposto, não há sequer necessidade em qualificar a obra social exercida, pois é do saber de todos que a Igreja Cristã por si realiza tal obra.

Hoje, com 43 anos, casado, pai de dois filhos, avô e pregador de cunho político teológico, se tornou referência no seguimento cristão. Com milhares de vídeos postados sobre educação política cristã, artigos publicados em jornais de relevância nacional e a criação do Movimento Hora de Mudar, que incentiva o trabalho social e política participativa como, limpeza de ruas, pinturas de muros, tapa buracos, além da realização comum

da obra social como entrega de cestas, doação de roupas, atendimento médicos, etc., se tornou conhecido.

Basilando suas decisões na fé, direcionado por instruções cristãs, acreditando em Deus, Família e Pátria, por entender que pessoas justas devem, por obrigação, se disporem a cuidar uns dos outros, entrou na política com o intuito de ocupar, como instrui o Sagrado: “Quando os justos governam, o povo se alegra, quando os maus governam, o povo reclama”.

A CIDADE QUE TEMOS

A CIDADE QUE QUEREMOS

A CIDADE QUE TEREMOS

É com muita determinação que a coligação “Avante, Porto Velho!” apresenta o Plano de Governo (2021-2024) da Candidatura de Breno Mendes para Prefeito e Josinelio Muniz para vice-prefeito do município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia.

O presente Plano de Governo é resultado de um amplo debate com a população portovelhense no sentido de nortear a retomada do crescimento da nossa capital Porto Velho. Portanto, a participação social dos cidadãos, militantes, partidários, intelectuais, especialistas, colaboradores voluntários, técnicos, gestores, apoiadores e simpatizantes, traçar diretrizes, ações e projetos para administrar a cidade com uma visão de futuro, que Porto Velho merece.

A demanda por serviços públicos é crescente no município de Porto Velho. Ao longo dos anos os gestores responsáveis não conseguiram entregar os resultados esperados pela população. A falência dos serviços públicos é facilmente percebida nas inúmeras ruas sem asfalto, nas altas taxas de desemprego e criminalidade, em uma saúde precária, na falta de iluminação pública; faltam oportunidades de trabalho e renda que possibilitem um futuro melhor para a população.

Diante desse cenário, a insatisfação popular com a ineficiência dos serviços públicos, com a falta de assistência aos menos favorecidos e ausência de oportunidades de trabalho é crescente. O fato é que o cidadão não aguenta mais anos de ineficiência do poder público.

A hora de virarmos a página, portanto, dessa triste realidade que assombra a nossa cidade é agora! Com o nosso governo, avançaremos na Gestão Pública com ações factíveis que irão zelar, respeitar e dar dignidade aos nossos munícipes.

Nosso plano de governo foi pautado em três princípios: participação, transparência e eficiência.

Participação: A gestão pública será participativa, aberta e democrática. O cidadão precisa ser ouvido na construção das políticas públicas. Acreditamos que uma gestão aberta que busque dialogar com todos os atores da sociedade será fundamental para atingirmos políticas públicas eficientes.

Transparência: A administração municipal será aberta ao controle social, criaremos mecanismos para avaliação e monitoramento constante pela população. Estimularemos a cultura da transparência em toda nossa administração para que toda a população tenha acesso à informação e possa avaliar nossas ações.

Eficiência: A demanda da população é crescente, entretanto, os recursos para custear as ações do município são escassos sendo fundamental ter responsabilidade no tributo pago pelo cidadão. Iremos promover mais e melhores serviços aos cidadãos. O objetivo é alocar os recursos de maneira eficiente eliminando os gastos supérfluos e desnecessários.

Nossa gestão proporcionará os avanços necessários de que a cidade precisa para crescer, desenvolver-se socialmente, gerar emprego e renda e proporcionar oportunidades a todos os cidadãos.

BRENO MENDES

“Do povo para o povo”

SAÚDE

Porto Velho é um município de dimensões extensas, a saúde no município carece de novos investimentos e políticas efetivas na gestão da saúde. Um dos principais objetivos é a universalização do acesso aos munícipes proporcionando um atendimento de qualidade e humanizado ao cidadão. Priorizaremos programas de prevenção no combate às doenças evitando que o paciente entre no sistema; o intuito é melhorar a qualidade de vida das pessoas visto que a expectativa de vida está aumentando.

1. Ampliação de cobertura da Atenção Básica de Saúde: no sentido de aumentar o número de equipes de Agentes Comunitários de Saúde, com tecnologia embarcada por smartfone, evitando desperdício de tempo, de forma estratégica e preventiva, atendendo em domicílio a comunidade, para reduzir o tempo de espera para uma consulta médica; regulação, prevenção de doenças e promoção do bem-estar da população, alterar a quantidade e o horário de equipes de saúde formadas por profissionais multidisciplinares, responsáveis pelo atendimento nas unidades de saúde municipal presente no distrito sede, Distritos da BR, Distritos do Baixo Madeira e comunidades na área rural, criando unidades básicas de saúde e polos com atendimento à população até às 21h, Farmácia Popular com remédios gratuitos na própria UBS/UFS com ampliação dos medicamentos, reformas da UPA na Zona Sul, UPA Zona Leste, Policlínica Ana Adelaide e criação do Hospital Municipal.

2. Atendimento especializado em Saúde: implantar multicentro voltado à medicina diagnóstica, oferecendo serviços de consultório, reabilitação, especialidades médicas e ambulatoriais como exames clínicos laboratoriais, ultrassonografia, radiografia e diagnósticos; fazer o cadastramento e o recadastramento de alguns exames que não estão cobertos pelo SUS, deixando o município de Porto Velho de receber verbas do Ministério da Saúde; estabelecer o parto humanizado na Maternidade Municipal de Porto Velho e promover o mutirão de profissionais da saúde nos espaços públicos e dia de lazer - música, cultura, educação, esporte, no sentido de atender à população com aferição da pressão arterial, realizar testes de diabetes, glicemia, entre outros.

3. Ampliar a atuação dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e Ampliação da cobertura do CEO (Centro de Especialidade Odontológica) e ambulatórios clínicos dentários: promover o cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com necessidades de atenção psicológica, psiquiátrica, dependentes químicos do álcool, crack e outras drogas; Impulsionar por meio do CEO o acesso ao *tratamento dentário com restaurações, periodontal (gengiva), urgências odontológicas e exodontias simples, promover mutirões mensais em todos os Distritos da Br, Distritos do Baixo Madeira e comunidades rurais.*

4. Mais prevenção e cuidados: ampliar a cobertura vacinal das doenças imunopreveníveis em crianças menores de 01 ano de idade; intensificar o controle da circulação do vírus por meio de campanhas de vacinação no sentido de promover uma ampla cobertura vacinal em pessoas e animais; implantar um programa municipal para atender à pessoas com doença falciforme; Promover a redução dos casos de dengue, zika e chikungunya, através de programas de prevenção e conscientização da população, além de equipes de trabalho para combate ao agente transmissor.

5. Requalificar as Unidades de Saúde: requalificar, reformar, readequar, ampliar e reequipar as unidades de saúde, maternidade e

ambulatórios municipais, como forma de expandir a oferta de ações e serviços básicos de saúde, possibilitando a incorporação de novas equipes de saúde.

6. Construir e implantar a Clínica da Saúde da Mulher: expandir a rede de cuidados de atenção à mulher e à gestante; garantir a realização de exames pré-natal para todas as gestantes, ao parto e ao puerpério, de forma hierarquizada e humanizada.

7. Digitalização na saúde: É fundamental utilizarmos a tecnologia para termos mais eficiência sendo utilizado o suporte de plataformas digitais para marcação de consultas e prontuários médicos.

EDUCAÇÃO

A Educação de Porto Velho precisa ser humanizada por meio da gestão democrática e participativa, descentralização dos recursos, ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil (Creches e Pré-Escolas), garantindo a meta 01 do Plano Municipal de Educação, com compromisso de implantar o programa de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino das crianças, jovens, adolescentes e adultos, além de implantar a Educação de jovens e adultos, criando estratégias para inserção ao mercado de trabalho com parceria com os empresários, desenvolver programas pedagógicos para a correção do fluxo escolar, resgatar a autoestima dos profissionais da educação, com reconhecimento, capacitação, formação continuada (Especialização, Mestrado e Doutorado), valorização financeira, reformular o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, incentivar a pesquisa, publicação e impressão de produções escritas dos profissionais da educação municipal, garantindo a adequação do Projeto Pedagógico, promovendo a inovação de práticas pedagógicas para a inclusão digital, além da inclusão educacional e social, com ressignificação nos aspectos pedagógicos, psicológicos e sociais, oferecendo um currículo adequado e adaptado, com atendimentos de forma completa à toda pessoa com Deficiência Intelectual Grave, Múltipla Deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento. Por esta razão, mesmo sendo adepta totalmente à inclusão

educacional e social, contará também com uma Escola de Modalidade Especial, com materiais, equipamentos e professores especializados, promover a adequação do Projeto Político Pedagógico das Escolas da Rede Municipal, alinhados à Base Nacional Comum Curricular, em especial, a educação empreendedora e financeira, inclusão digital e inovação. Requalificar os espaços físicos das escolas e dos Centros Municipais de Arte e Cultura da Rede Municipal. Por conseguinte, tornar o sistema educacional municipal inclusivo, garantir a atenção psicossocial e orientação ao/a aluno/a, bem como ampliar o tempo de permanência dos/as alunos/as no ambiente escolar, ou seja, promover a educação em tempo integral. Portanto, o município reformulará o currículo, garantirá transporte, alimentação e cuidados para os estudantes.

1. Mais tempo na Escola: Concluir as Creches e Salas que se encontram com obras paralisadas no intuito de universalizar as vagas da Pré-Escola e ampliar a oferta de vagas de creche. Por sua vez, escolas municipais terão a sua tipologia modificada para terem a sua adaptação da gestão com gratificação diferenciada para os gestores, todas com diretores e vice diretores, para atender ao Ensino Fundamental em tempo integral, que inicialmente será implantado nas escolas de áreas urbanas e rurais com maior vulnerabilidade social, possibilitando uma formação holísticas dos estudantes, por meio de atividades complementares para o reforço escolar, atividades esportivas, atividades artísticas e culturais.

2. Reforçar para Acompanhar: implantar centros municipais de reforço escolar como alternativa de reforçar o processo educacional e garantir a recuperação do déficit em português e matemática dos alunos com dificuldades de aprendizagem em horário oposto ao Escolar.

3. Barriga cheia: Fortalecer o Programa de Alimentação Escolar na Rede Municipal de Ensino, além de criar o cartão social alimentar, para alunos comprovadamente em vulnerabilidade social, que estejam devidamente cadastrados no Cadastro Único e Bolsa Família, além de outros critérios para propiciar a diminuição da evasão escolar e aumento do IDEB.

4. Escolas de Linhas: Requalificar e promover ações de incentivo à inovação de práticas pedagógicas nas Escolas de Linhas da rede municipal no intuito de fortalecer a política de educação no Campo, além de oferecer a esses alunos o café da manhã quando chegarem à escola, lanche no intervalo e almoço ao retorno para a sua casa, comprando até 70% dos alimentos da merenda escolar do pequeno produtor e priorizando a proteína do peixe. Neste caso, formular estratégias para que os alunos concluam o Ensino Fundamental e ingressem no Ensino Médio por meio de regime de cooperação técnica com a Rede Estadual de Ensino.

5. Educação financeira e empreendedorismo: implantar a educação empreendedora já nas primeiras séries do Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos, de forma estratégica por finalidade e criar condições necessárias para que os alunos desenvolvam o espírito empreendedor, bem como outras competências empreendedoras, colocando o aluno como protagonista da sua história e da sua comunidade, conhecendo suas potencialidades para criar oportunidades, com senso de responsabilidade para resolver problemas, sendo agente de transformação, desenvolvendo ainda habilidades socioemocionais, relacionais muito valorizadas no mercado de trabalho, como a capacidade de trabalhar em grupo e de resolver problemas, a resiliência, a sociabilidade, a comunicação, entre outras, implementar estratégias de Educação Empreendedora e Financeira.

6. A Caminho da Escola e iniciação esportiva: Garantir o funcionamento do Transporte Escolar terrestre e fluvial de forma contínua e de qualidade aos alunos da área rural e das escolas de tempo integral.

7. Valorizar é reconhecer: Oferecer gradativamente a formação continuada (Especialização, Mestrado e Doutorado) aos profissionais da educação, Incentivar a pesquisa, publicação e impressão de produções escritas dos profissionais da Educação Básica, por sua vez, reformular o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, com o reconhecimento e a valorização necessária desburocratizando as demandas, resolvendo os pedidos

administrativos de licenças, licenças prêmios, gratificação por especialização de forma célere e sem favorecimento ou perseguição.

ESPORTE

O Esporte precisa ser visto com uma ferramenta de construção de cidadania, portanto, o fomento da prática esportiva nas Escolas, nos bairros da capital, distritos, vilas e povoados, deve ser incentivado permanentemente.

1. Caminhada e Ginástica: O incentivo à prática da atividade física como meio de prevenção das doenças hipocinéticas, é uma forma de mostrar às pessoas que todas são capazes de fazerem atividades físicas, com propostas simples e naturais, sem utilização de grandes recursos ou equipamentos, levando a pessoa a fazer da prática do exercício, um hábito de vida, utilização de espaços públicos, especialmente o parque da cidade, skate park, praça céu, parque circuito ou as vias urbanas adequadas para realização de caminhadas, corridas e prática de ginástica, com professores habilitados em Educação Física (ou estagiário) para ministrar as atividades designadas pelas Secretarias Municipais de Esportes, profissional da saúde (auxiliar de enfermagem) designado pela Secretaria de Saúde, para acompanhamento programado dos participantes, realização de termos de convênio com Academia, Universidade Federal e Faculdades privadas.

2. Parceiro do Esporte: promover parcerias com os clubes privados através de uma política de convênios da Prefeitura, permitindo o pagamento de uma taxa social acessível aos idosos dos programas sociais mantidos pela prefeitura, alunos matriculados na Rede de Ensino Municipal e servidores municipais.

3. Lazer nos Bairros: Promover a integração entre os participantes, por meio de atividades lúdicas e entretenimento, envolvendo pessoas de todas as idades, através de jogos de rua (Basquete, Peteca,

Futebol, Voleibol), gincanas esportivas, culturais e ambientais, tênis de mesa, teatro, jogos corporativos, truco, dama, xadrez, respeitando as características e idade de cada indivíduo ou grupos de pessoas, *contemplando caminhadas ecológicas, corridas de rua, ciclismo e programação para a terceira idade, em parceria com as entidades da sociedade civil organizada*; sempre que possível envolver as polícias (Civil e Militar), Corpo de Bombeiros, no sentido de promover a integração da polícia com a comunidade através do esporte e lazer. A apresentação de bandas de música ou fanfarras é de suma importância para despertar o civismo na comunidade (abertura com hino nacional e a participação de toda a sociedade organizada).

4. Radicalizar no Esporte: Promover oficinas de esportes radicais nas diferentes modalidades como bike, skate, patins *in line*, rapel e escalada, tirolesa e pista de skate-mirim.

5. Projeto de Iniciação Esportiva: Desenvolvimento dos esportes por meio do ensino dos fundamentos técnicos e táticos e de movimentos para o desenvolvimento motor. As atividades físico-esportivas deverão acontecer nos estádios das cidades ou nas praças de esporte e/ou campos de várzea. Para a implantação desta modalidade a prioridade será realizar em espaço gramado, ou em espaço de terra. Em caso de dificuldades de oferecer atividades em campo oficial, poderá ser oferecido em campo *society*. Em todas as modalidades de iniciação esportiva os conhecimentos a serem trabalhados estarão voltados para os fundamentos técnicos e táticos, aos exercícios que irão desenvolver coordenação motora e as qualidades sociais importantes para formar um cidadão como, respeito, cooperação, participação, liderança, entre outros. Incentivar os campeonatos de bairros, principalmente amadores de futebol de várzea e o campeonato interdistrital, criar o fundo municipal do esporte.

6. Esporte nos Distritos: descentralizar a gestão da política de esporte e lazer para os Distritos, Vilas, Comunidades e povoados, como meio de ampliar as atividades esportivas na área rural.

7. Espaço Alternativo: Discutir com o Governo do Estado de Rondônia a destinação de equipamentos estaduais de prática esportiva e de lazer, situados na cidade, a exemplo do Espaço Alternativo, implementar no canteiro central da Av. Jorge Teixeira entre Av. imigrantes e Espaço Alternativo diversas quadras de modalidades diferentes e no entorno a ciclofaixa.

CULTURA

O município de Porto Velho dispõe de equipamentos de arte e entretenimentos fechados e abertos, a exemplo de teatros e espaços públicos, porém, faz necessário implantar uma política de difusão e de acesso por meio da requalificação desses equipamentos através da participação social, fomento e apoio a Economia Criativa.

1. Convivendo com a Cultura: requalificar bibliotecas, teatros e espaços públicos de convivência no sentido de reduzir a inatividade e a capacidade ociosa dos equipamentos culturais da cidade, consequentemente, atender aos jovens, adultos e a terceira idade, com a realização de festivais de música, poesia, dança, teatro, cultura digital e outras atividades culturais.

2. Cultura e eventos: Estender os horários de funcionamento dos equipamentos públicos municipais de Cultura para o período noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados, por sua vez, garantir gratuidade, em pelo menos um dia da semana, em todos os eventos realizados na rede de equipamentos culturais da prefeitura.

3. Teatro de Portas Abertas: requalificação e democratização do uso do teatro Banzeiros no intuito de transformá-lo na principal sala de espetáculos da capital rondoniense.

4. Virada Cultural: promover a Virada Cultural como atividade recorrente na realização do *réveillon*, valorizando e priorizando os artistas e bandas locais, poetas e outras manifestações culturais como atração artístico-cultural.

5. Formar Artistas: promover oficinas cursos, workshops e ateliês no sentido de promover a formação artística com base nos saberes tradicionais e artesanais provenientes da cultura popular, tradicional e espontânea. Tais saberes deverão ser aplicados nos cursos de cinema e audiovisual, teatro, criação literária, dança, música, artes visuais, capoeira e arte circense.

6. Mapear e Informar: promover o mapeamento contínuo e a divulgação através de um Portal de informação Cultural da cidade, destacando os eventos da semana, festas e a programação cultural fomentada pela Prefeitura e estabelecimentos de entretenimento privados.

7. Preservar a Memória Material e Imaterial: reformulação da política cultural da cidade de modo que passe a contemplar tanto o patrimônio material como o imaterial com a implantação do Museu do Migrante e recuperação de prédios históricos, por sua vez, valorizar e dar visibilidade às principais obras artísticas e culturais da cidade – dentro da concepção de museu a céu aberto –, tais como: monumentos públicos, projetos arquitetônicos e bairros históricos: e até mesmo manifestações efêmeras, como grafites, rituais afro-brasileiros e indígenas etc.

INFRAESTRUTURA

A cidade de Porto Velho apresenta uma série de desafios relacionados ao aproveitamento do espaço urbano e da necessidade de investimentos urgentes em temas como iluminação pública nos bairros das franjas urbanas, distritos, vilas e povoados, recuperação de asfalto e drenagem de redes fluviais, limpeza de igarapés e canais, contenção de encostas, requalificação de avenidas, recuperação de espaços públicos, requalificação das margens do Rio Madeira e igarapés, entre outros. Portanto, Porto Velho precisa assumir sua cara de capital.

1. Convívio com o Rio Madeira: a Prefeitura de Porto Velho precisa incentivar o convívio do portovelhense com o Rio Madeira, portanto, será um compromisso permanente da gestão “Porto Velho que queremos” assumir esse desafio. Diante da percepção da baixa utilização das margens do Rio Madeira por falta de passeio e de espaços públicos, faz-se necessários investimentos na requalificação da orla beira rio com praças, parques para crianças, ciclofaixas, academias a céu aberto, praça de esportes radicais, anfiteatro, jardins, pista de caminhada, salão de exposição, quiosques, mirantes para desfrutar o pôr do sol, implementar a pesca esportiva com campeonatos amadores e profissionais, e criação de uma marina para lanchas e motos aquáticas, outros equipamentos que serviam de atração à população e turísticos.

2. Intervenções viárias: realizar intervenções viárias que contribuam decisivamente para a melhoria da mobilidade urbana de Porto Velho por meio de novas obras de pavimentação de ruas, ampliação do sistema viário da cidade, com a implantação e duplicação de vias arteriais e coletoras, para assegurar a dinamização urbana de algumas áreas, assim como o equacionamento de pontos críticos, possibilitando desafogar e permitir a fluidez do trânsito. Por conseguinte, promover investimentos na sinalização vertical e horizontal.

3. Conservação de vias não pavimentadas: manutenção e conservação de vias não pavimentadas (vias de chão batido/terra) na cidade, distritos, vilas e povoados, realizando o patrolamento, cascalhamento, recuperação de pontes, manilhas, bueiras celulares e abertura de laterais para promover o escoamento de águas pluviais.

4. Requalificação de Mercados e Feiras: Porto Velho precisa requalificar os Mercados Municipais e Feiras livres – padronização, no intuito de adequar as melhores condições sanitárias de higiene, capacitação em atendimento ao cliente e manipulação de alimentos. Por sua vez, construir novos espaços para abrigar aos ambulantes que ficavam nas ruas do centro e

dos bairros e reordenar os existentes como forma de melhorar o visual das calçadas.

5. Regularização fundiária e urbanística das edificações: A ocupação irregular e a ausência de titulação da área aos seus ocupantes é uma realidade em Porto Velho. No nosso governo priorizaremos a regularização fundiária na cidade, principalmente, nos distritos, a fim de melhorar o controle urbano; teremos ações constantes para o cadastramento dos imóveis na cidade. No nosso governo uma das principais bandeiras é a desburocratização. A ineficiência da gestão não pode ser um empecilho para a atração dos investimentos. Dessa forma, simplificaremos a emissão dos licenciamentos de empreendimentos imobiliários, condomínios e loteamentos abertos com regras mais flexíveis para sua averbação. Atualmente, a Lei de Uso e Ocupação do Solo é restritivo o que inviabiliza uma maior verticalização da cidade, construção de condomínios maiores e utilização dos canteiros centrais. Com isso, nossa proposta é de uma reformulação na legislação atual para possibilitarmos mais construções na cidade. Além da reformulação da legislação, Porto Velho precisa de um novo zoneamento. O atual zoneamento da cidade não acompanhou as mudanças que ocorreram na cidade e afeta a toda a dinâmica do município.

6. Programas de mobilidade verde e Conservação da Cidade: Implantação de ciclovias e ciclofaixas, interligando toda a cidade, no perímetro urbano, para servir aos bairros mais populosos e permitir o uso desse meio de transporte para o trabalho e o lazer. No que tange a conservação da cidade o mutirão de limpeza que visa a manutenção da cidade, distritos, vilas e povoados com execução de serviços de patrolamento, retirada de entulhos, aberturas das laterais das ruas para facilitar o escoamento das águas pluviais, recuperação de pontes e pontilhões de madeira, poda de árvores, coleta de entulhos e fazer a manutenção dos espaços públicos, como praça e canteiros centrais de ruas e avenidas, limpeza de todos os bairros com a ajuda da comunidade envolvendo todas as secretarias do município, troca de lâmpadas queimadas, pintura do meio fio. O dia do mutirão da limpeza será um dia

especial na vida da comunidade onde o poder público municipal estará presente resolvendo diversas demandas ao mesmo tempo.

7. Transparência, controle social e avaliação: Proporcionar o acesso à informação das obras em execução à população para que possamos contribuir com a administração, principalmente no que tange a fiscalização e a avaliação da obra, após finalizada a execução.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A prefeitura do município de Porto Velho precisa rever as políticas públicas voltadas para igualdade, justiça, solidariedade e promoção social do bem-estar social. Neste caso, descentralizar e democratizar a gestão e execução da assistência social é o caminho. Por sua vez, estabelecer os nexos entre a Política de Assistência Social de Porto Velho com a Política Nacional pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em parceria com o Governo de Rondônia e o Governo Federal.

1. Mesa Farta: A prefeitura implantará o programa de complementação da renda por etapas das famílias do Cadastro Único e Bolsa Família, a critério do Poder Executivo municipal, em parceria com os governos estadual e federal, criando o cartão mesa farta, com valores e critérios específicos para pessoas abaixo da linha da pobreza.

2. Assistência social: ampliar o acesso ao Sistema Único de Assistência Social no município de Porto Velho, vinculando à gestão municipal da política de assistência social ao sistema estadual e federal.

3. Ampliação da cobertura social: ampliar a rede de CraS e CreaS no município, inclusive, estendendo para os Distritos, com cobertura semelhante aos das capitais brasileiras com melhores desempenhos no desenvolvimento e replicação de programas sociais voltadas para idosos, jovens, adultos, mulheres e outros.

4. Acolhimento especializado para pessoas em vulnerabilidade social: Implantar Centros de Referência de Acolhimento especializados na atenção às pessoas com deficiência física, dependência química e à população em situação de rua, como forma de garantir o bem-estar social desses indivíduos no convívio social.

5. Acolhimento da criança: desenvolver novas políticas públicas com base no bem-estar social para acolher as crianças e adolescentes nos padrões do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), requalificando as unidades de acolhimento provisório que preservem a integridade física, psíquica e garantir o acesso à Escola, bem como apoiar na realização das atividades escolares.

6. Qualificar e Capacitar: criação da Casa da Juventude que irá desenvolver trabalhos com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da juventude, fortalecendo processos de aprendizagem e autonomia para a efetivação das políticas públicas para os jovens, além de promover cursos técnicos, oficinas e *workshops* de qualificação e capacitação para o Pequeno Aprendiz, para a Juventude e Adultos, para terem oportunidade de conseguirem emprego, em parceria com empresários, ONGS, demais entidades privadas, além dos servidores públicos em promoção social, conselheiros e de prestadoras de serviços, como forma de possibilitar aos profissionais condições técnico-operacionais dos programas *SUaS* e formação para atenção em unidades de proteção social.

7. Políticas integradas com todos os poderes: estabelecer pactos com os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo estadual para consolidar políticas públicas de ação integrada, proteção e a atenção à crianças, adolescentes, idosos, famílias com vulnerabilidade social e a população em situação de rua.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Fomentar o desenvolvimento econômico local de Porto Velho é primordial para a retomada do crescimento socioeconômico pós-pandemia do coronavírus (Covid-19). Pensar no futuro, desenvolver ações e construir uma estratégia de desenvolvimento econômico será um papel de todos no sentido de promover ações que fortaleçam a economia criativa, corte e costura, turismo ecológico, de pesca e de aventura, agricultura familiar, o agronegócio, a agroindústria, pecuária de corte e leiteira, suinocultura, piscicultura etc. O potencial empreendedor precisa ser fortalecido em escala local a partir da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Participativo Local de Longo Prazo de Retomada do Crescimento, como forma de implementar uma agenda positiva para tornar os setores produtivos locais mais competitivos.

1. Reunir para desenvolver: criar um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Porto Velho, no sentido de promover políticas de incentivos fiscais para direcionar investimentos e criação de empregos e renda para a população.

2. Desburocratizar para desenvolver: promover a simplificação, consolidação da legislação, descentralização e desburocratização dos processos de licenciamento para implantação de empresas e estabelecimentos comerciais no âmbito municipal, revogando diversas leis, atualizando o Código de Postura, ampliando a estratégia de tecnologia de inclusão digital, através do sistema próprio e-cidade.

3. Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal e Financeira: investir em tecnologia, descentralizar os recursos com adoção de um sistema de custos e de compras eletrônicas, viabilizando a sua correta aplicação conforme a legislação da responsabilidade fiscal, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão administrativa pública municipal e promover a transparência das informações financeiras da prefeitura, sem arrocho fiscal, sem aumentos de impostos, investir no georreferenciamento, promover mesas redondas com empresários e fornecedores que são parceiros estratégicos no desenvolvimento da capital e na geração de empregos e renda, portanto, serão tratados com respeito e dignidade.

4. Parceria técnica com o Governo Estadual e Federal:

Promover a sinergia em termos de recursos dos programas municipais com programas estaduais e federais, notadamente nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura, Cidadania, Infraestrutura, Regularização Fundiária, Habitação, Turismo, Esporte, Cultura, Urbanismo, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e outros.

5. Fomentar políticas públicas para o setor moveleiro:

Implantação do polo moveleiro na região da ponta do Abunã, para o beneficiamento da madeira e dos refugos das serrarias, além de estabelecer parceria com Parlamentares Estaduais e Federais, viabilizando recursos por meio de emendas parlamentares estaduais e federais, notadamente nas áreas de Saúde, Educação, Agricultura, Cidadania, Infraestrutura, Regularização Fundiária, Habitação, Turismo, Esporte, Cultura, Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e outros.

6. Programa empreender melhor e Linhas de crédito:

formalizar parcerias e cooperação técnica com Universidades, Faculdades, Instituto Federal, Centros de Excelência, SEBRAE, FIERO, FECOMÉRCIO, ACR, ACEP, PENSAR RONDÔNIA e outras instituições, no sentido de oferecer formação e capacitação dos cidadãos interessados na abertura de seus próprios negócios por meio de cursos profissionais, por sua vez, disponibilizar assistência jurídica para abertura de novas empresas e tornar mais célere o processo de formalização dos negócios privados. No que tange ao crédito ao empreendedor, oferecer linhas de crédito, com carências maiores, com reduzidas taxas de juros, para incentivar o microempreendedor, o pequeno empreendedor, o médio empreendedor, o grande empreendedor, o contribuinte individual, o autônomo, o informal, o desempregado, o pequeno produtor seja na zona urbana, distritos ou zona rural.

7. Fomento ao turismo local:

A biodiversidade e a beleza em Porto Velho são formidáveis. Inúmeras áreas dentro e ao redor da cidade possuem potências incríveis para o desenvolvimento do turismo. Com todo

esse potencial iremos promover a revitalização dos parques, integração entre sociedade e meio ambiente, auxílio à cadeia produtiva do turismo que são constituídas de micro e pequenas empresas como bares, restaurantes, balneários, guias, condutores e fomento a pesca esportiva. Em termos de gestão iremos elaborar o plano municipal de turismo e de ecoturismo identificando as principais potências e indicando rotas turísticas para fomentar o turismo de base comunitária.

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

O município de Porto Velho precisa de diretrizes de Sustentabilidade Ambiental inserida no planejamento urbano e no uso do parcelamento do solo municipal, em especial, dos Impactos Ambientais do Adensamento Urbano. A prefeitura precisa de uma agenda permanente de combate a enchentes e desenvolver políticas de prevenção em áreas de riscos. Outras pautas importantes são a padronização de calçadas com acessibilidade, arborização da cidade, saneamento, limpeza de igarapés, córregos, canais e bueiras, implementação de uma política de saneamento e de resíduos sólidos e promover uma Política Municipal de Educação Ambiental.

1. Arborização, recuperação de áreas degradadas e produção de Mudas: A questão ambiental precisa ser tratada com seriedade, para isso espaços mais verdes na cidade são fundamentais, com isso, prevemos o plantio de mudas na cidade entre as calçadas, áreas verdes e espaços públicos. Incentivaremos as pessoas a adotarem as calçadas verdes e realizar construções sustentáveis trazendo mais verde para a cidade de Porto Velho. Além disso, incentivaremos a implantação do Sistema agroflorestais em pequenas propriedades na recuperação das áreas degradadas. Por meio do projeto águas para viver realizaremos a distribuição e plantio de mudas nas áreas de igarapés nas propriedades rurais no entorno do perímetro urbano para garantir a proteção dos igarapés, evitando assim os assoreamentos.

2. Projeto de Regularização ambiental das moradias a margens dos igarapés: Conforme previsto na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e Lei Municipal nº 751/2018, realizar a regularização conforme disciplina as leis, assim garantindo o direito à moradia e ao meio ambiente. Além disso, proporcionar lazer aos moradores dessas áreas com a construção de parque linear urbano onde irão possuir atrativos como campos, playgrounds e as ciclovias onde irão dar mais segurança aos ciclistas.

3. Programa de coleta e incentivo à reciclagem: Fomentar a cadeia produtiva de resíduos, implementar políticas de conscientização e importância da reciclagem para a sociedade e apoio aos catadores. Criar um serviço de aproveitamento dos resíduos orgânicos, para compostagem e posterior utilização na produção das mudas do viveiro municipal.

4. SISTEMA DE MICRODRENAGEM E MACRODRENAGEM: Solucionar a questão da ausência, deficiência ou a manutenção inadequada do sistema de microdrenagem, para assim, evitar o constante alagamento das ruas do município; Substituir as espécies arbóreas plantadas nas vias que possuem raízes extremamente agressivas (ficus), que ocasionam o entupimento dos bueiros e a quebra dos sistemas de drenagem.

5. Proteção animal – bem-estar animal: Incentivar e fomentar a política de proteção e bem-estar animal, através das entidades e ONGS e criação do departamento de proteção e bem estar animal.

6. Saneamento básico do município de Porto Velho: Implantar progressivamente todas as diretrizes da Política Nacional de Saneamento mediante a implantação da Política Municipal de Saneamento Básico com adoção de todos os instrumentos definidos na Lei Federal, Estadual e Municipal.

7. Gerenciamento de riscos ambientais: implantar um plano de gestão e gerenciamento de riscos ambientais permanentes, com ênfase especial nas inundações, riscos de enchentes e nos deslizamentos, com ampla participação das comunidades e que contemple programas de remoção, socorro e assistência social às vítimas, por sua vez, promover ações preventivas com manutenção e desobstrução dos sistemas de micro e macrodrenagem, com a permanente limpeza de igarapés, córregos, galerias e bueiros.

AGRICULTURA

A agricultura familiar e o agronegócio no município de Porto Velho são destaques na participação na economia do Estado de Rondônia. Em parceria com empresas e entidades representativas do AGRO RONDÔNIA, fomentaremos políticas públicas que promovam o aumento da produtividade, gere renda ao produtor rural e competitividade ao agronegócio portovelhense.

1. Manutenção de estradas vicinais e incentivo ao pequeno produtor: terceirizar o serviço de patrulhas mecanizadas, criando o hora máquina gratuito para o pequeno produtor, para realizar obras de patrolamento, encascalhamento, elevação em trechos alagadiços, abertura de laterais; ampliação, substituição de pontes e compactação de solo nas estradas rurais, criação de tanques de peixes, no sentido de oferecer melhor trafegabilidade aos motoristas, em especial, aos comerciantes que precisam receber suas mercadorias e produtores rurais que necessitam escoar a sua produção, implantar a parceria com o Governo do Estado, em especial o DER para assumir parte dos sete mil quilômetros de vicinais que Porto Velho tem, em especial do cinturão verde e com a EMATER para capacitar os técnicos da SEMAGRIC para oferecer apoio de assistência técnica direta no local nas pequenas propriedades, disseminando as melhores práticas de plantio e correção do solo, doar insumos como o calcário, esterco entre outros, além do frete necessário para incentivar o pequeno produtor; aumentar o percentual de compra pelo município de produtos diretos dos produtores previamente

cadastrados, com o valor do PA ser dobrado do que era pago até 2020 por pequeno produtor e incentivo na compra da merenda escolar pela proteína do peixe.

Incentivar, portanto, o cultivo de café, milho, mandioca, açaí, castanha do Pará, inhame, feijão entre outros; criar o selo de inspeção municipal ecológico especialmente para as pequenas propriedades, desburocratizando regras sanitárias específicas para esses pequenos produtores, pequenas agroindústrias e para a reserva da comunidade do lago Cuniã, agregando valor para poderem vender para os supermercados e exportarem sem a burocracia que é exigida para outros setores industriais.

2. Ampliação do viveiro de mudas: requer da Prefeitura de Porto Velho a difusão de conhecimentos relacionados à produção comunitária de mudas de qualidade, cultivo de forma racional e econômica, portanto, a implantação do viveiros de mudas comunitários telados e protegidos para produção de espécies vegetais, frutíferas e comerciais, permite o desenvolvimento de plantas saudáveis para serem distribuídas gratuitamente aos produtores rurais e, com isso, aumentar a sua lucratividade com a terra e seu poder de compra.

3. Atrair instalação de Frigoríficos e Curtumes: Porto Velho precisa de políticas públicas para atrair grandes investimentos e fortalecer a pecuária, visando promover a fixação do homem ao Campo e contribuir para o aumento da arrecadação tributária municipal, portanto, adotar uma política de atração de Plantas Industriais de Frigoríficos e Curtumes no município, podendo adotar incentivos fiscais em parceria com o setor industrial por tempo determinado para a compensação social da geração de empregos na cidade, em parceria com o setor Industrial e com o Governo de Rondônia.

4. Implantação de Agroindústrias e Feirão do Produtor: implantar, em parceria com Associações Rurais e parlamentares Federais e Estaduais para liberarem emendas para as agroindústrias, seja de Casas de Farinha como forma de incentivar agricultores familiares a produzirem farinha com melhor qualidade, além de valorizar o espírito associativista dos comunitários, servindo também de modelo e suporte físico para a capacitação

de agricultores familiares, seja de abate de frangos, queijos, requeijão, iogurte, chocolate, doces, palmito, entre outros. Realizar feiras do produtor rural proporcionando ao mesmo melhores ofertas pelo seu produto.

5. Aquisição de tanques de leite: Prefeitura em parceria com Associações de Produtores de Leite composta por pequenos sitiantes e com emendas parlamentares que fornecem, diariamente, um volume considerável de litros de leites aos laticínios, requerem a distribuição em regime de comodato de tanques para resfriamento de leite dos produtores leiteiros.

6. Linhas de Crédito para Agricultura Familiar e Capacitação Gerencial: adotar uma política de linha de crédito aos agricultores da agricultura familiar com carência estendida e taxa de juros menores subsidiadas, com garantia do município dos produtores cadastrados e aprovados em programas do município, especialmente da merenda escolar e ser aplicado na diversidade e manutenção das atividades produtivas da propriedade rural.

7. escoamento da Produção: escoar a produção será de responsabilidade da SEMAGRIC sem custo ao pequeno produtor, seja dos pequenos produtores da zona rural, dos Distritos da BR 364, Distritos do Baixo Madeira ou das comunidades ribeirinhas com o barco, estimulando a instalação de agroindústrias, estimular a constituição de microempresas rurais e criação de cooperativas e associações dentro do modelo de autogestão, por meio de cursos de capacitação voltados aos produtores rurais como forma de fortalecer e incentivar a agricultura familiar, para facilitar o escoamento, logística e geração de renda ao pequeno produtor.

CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

O município de Porto Velho, precisa desenvolver políticas públicas voltadas para Ciências e Tecnologia, principalmente, por ser um corredor de exportação na Região Amazônica. Portanto, criar um Parque Tecnológico é essencial para a retomada do crescimento pós-pandemia do

coronavírus (Covid-19). Quando materializado, será um espaço que permitirá mentes brilhantes desenvolver tecnologia, atrair investimentos, instalação de empresas, laboratórios, criar oportunidades, auxiliar no desenvolvimento do distrito industrial do município, gerar receita para Prefeitura e emprego e renda para a população.

1. Inovação para retomada do crescimento: Criar a Fundação Parque Tecnológico de Porto Velho com o objetivo de promover o avanço científico, tecnológico e de inovação do município, por sua vez, terá a finalidade de dar suporte a projetos e programas do setor de Ciência, Tecnologia e Empreendimentos Inovadores, em especial, Projeto de Incubação de Micro e Pequenas Empresas, de fomento à Economia Criativa, de incentivo à criação de Agroindústrias em comunidades rurais de Porto Velho, Polos de Modas e dentre outras possibilidades como forma de garantir a retomada do crescimento pós-pandemia do coronavírus (Covid-19).

2. Bolsos de estudo: Apoiar os estudantes e professores com bolsas de estudo em modalidades como iniciação científica, mestrado, doutorado, pesquisador visitante e auxílio pesquisador.

3. Ferramenta de desenvolvimento: A Fundação Parque Tecnológico de Porto Velho será uma ferramenta de fomento ao desenvolvimento de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão voltados para ciência, tecnologia e inovação.

4. Compromisso com o desenvolvimento local: promover ações de formação e capacitação de empreendedores e pequenos e médios empresários em módulos de aprendizagem em gestão financeira, de pessoas, logística, negócios e outros. Por conseguinte, capacitar, aperfeiçoar e treinar a mão de obra local.

5. Criação e Inovação para desenvolver: Criação do Parque Tecnológico da capital por meio da criação do Programa Municipal de Incentivo à Inovação, alimentado por um fundo municipal de fomento à inovação em

parceria com Universidades, Faculdades, Instituto Federal, Centros de Excelência em pesquisa, SEBRAE, CNPQ, FIERO, GRUPO PENSAR RONDÔNIA, entidades de representação comercial e industrial.

6. Qualificar e premiar: Implantar o programa de certificação de qualidade e inovação no âmbito municipal por meio da capacitação de empreendimentos industriais e comerciais, em especial, voltados para a exportação e de apoio ao fomento do comércio local, informações sobre mercados, estímulo à cooperação técnica e complementaridade entre empresas, formação de consórcios de empresas sustentáveis voltadas para exportação e importação.

7. Atrair empresas inovadoras: não existe uma política da Prefeitura de Porto Velho para atrair empresas inovadoras que são comprovadamente mais lucrativas, pagam melhores salários, utilizam mão de obra melhor qualificada, retém talentos e são mais competitivas no mercado global. Porto Velho terá um Plano de Atração de incubadoras de empresas, empresas inovadoras, *startups* e em iniciativas empreendedoras no município mediante incentivos fiscais.

GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoal municipal será pautada pela democratização das relações de trabalho, por meio de canais diretos de diálogos e mesas redondas com as categorias entre os gestores e os servidores municipais. Todavia, o maior compromisso de campanha é estabelecer política de revisão dos planos de cargos, carreiras e salários conforme a disponibilidade financeira e a legislação de responsabilidade fiscal no sentido de obedecer ao teto dos gastos.

1. Atualizar para melhorar: atualizar a legislação referente ao servidor público municipal bem como instituir a Política Municipal de Gestão de Pessoas, contendo os seguintes elementos: alocação e aproveitamento de servidores a partir da realização do censo do servidor municipal,

gerenciamento de competências e habilidades dos servidores ativos (aproveitamento de pessoal interno) e realizar a seleção conforme a legislação em vigor.

2. Escola de Governo: criar a Escola de Governo Municipal para a formação contínua do Servidor Público Municipal, articulando-a com Universidades Públicas e Privadas, Institutos Federais, Fundações e Centros de Excelência no sentido de promover a formação continuada e a capacitação dos servidores municipais, incentivando que os próprios servidores que tenham conhecimentos específicos possam ser facilitadores, recebendo hora/aula como incentivo.

3. Gestão Proativa: Administrar a cidade não é apenas gerir a Prefeitura de gabinetes dentro da máquina pública, mas cuidar de todos os interesses municipais, abrangendo todos os agentes envolvidos. Nesse sentido, é preciso criar as condições para que os servidores municipais sejam proativos no sentido de atender a pessoas, instituições e empresas, consigam concretizar seus objetivos.

4. Eficiência e resultados: Porto Velho precisa trilhar um caminho de gestão focada em resultados, apoiada no estabelecimento de metas e prazos, com a designação de um líder por cada programa ou projeto, responsável pelo seu sucesso e a implantação de sistemas de mérito.

5. Evolução da carreira pública: Valorizar as carreiras estatutárias e os servidores municipais concursados por meio de reposição salarial mediante capacidade orçamentária, implementação de sistemas de progressão e bonificação por resultados com base na meritocracia.

6. Melhorar o desempenho das ações: é fundamental para concentrar esforços no desenvolvimento e implantação de métodos efetivos de avaliação de resultados dos servidores municipais no desempenho de suas atividades no intuito de melhorar os resultados da gestão municipal.

7. Conduta ética do servidor e gestores municipais: criar uma infraestrutura ética para difusão de Códigos de Conduta, da cultura de moralidade administrativa, orientação de servidores, gestores, fornecedores e prestadores de serviços da administração nas questões de competência, orientados pelos princípios da prevenção, combate a corrupção e a impunidade.

GESTÃO FISCAL PARTICIPATIVA

O município de Porto Velho precisa, com a máxima urgência, realizar a modernização de todo o sistema de gerenciamento administrativo da cidade. Neste caso, estabelecer diretrizes de responsabilidade fiscal, garantindo os repasses às áreas prioritárias conforme os ditames constitucionais, até o volume de investimentos e racionalização do erário público. Essa forma de governança permitirá a retomada do crescimento pós-pandemia do coronavírus (Covid-19), consequentemente, garantir a melhoria dos níveis de vida da população portovelhense.

1. Orçamento Participativo: descentralizar o poder municipal e aproximá-lo das pessoas e da comunidade por meio da participação social na definição de prioridades criando ferramentas de relacionamento da população com a Prefeitura. Neste caso, implantar o programa “Fala Porto Velho” com padronização de serviços de atendimento presencial em diversos pontos em cada zona específica com a Ouvidoria, Audiências Públicas, Teleatendimento e atendimento virtual via site eletrônico específico de relacionamento e aplicativo para celulares. Nesses canais de comunicação e integrados a todos os órgãos municipais, o cidadão faz o registro de sua reclamação, sugestão ou elogio, que é encaminhado ao setor responsável, sendo permitido ao cidadão acompanhar o andamento do processo pela internet.

2. Desburocratização e tecnologia: desburocratizar e investir em tecnologias para melhoria da arrecadação, informatização na realização da

LOA, LDO e PPA, criar mecanismos para a agilidade na elaboração das normas orçamentárias, além de extinguir com responsabilidade procedimentos desnecessários, gerando efetividade e agilidade nas tramitações processuais; criar equipe com servidores da Contabilidade/Semfaz, Orçamento/Sempog, SPACC/PGM com apoio da Controladoria Geral do Município, para capacitação *in loco*, Secretaria por Secretaria, explicando a instrução dos processos e realizando os procedimentos de elaboração contratual, liquidação de despesa e pagamento para que as Diretorias Administrativas aprendam na prática como executar despesas com a estrita legalidade, diminuindo assim tempo e recursos de pessoal.

3. Responsabilidade Fiscal: promover a reforma fiscal municipal e modernização na gestão do erário público, cumprir e fazer cumprir a legislação da responsabilidade fiscal, combater desvios padrões de gestão fiscal, o desperdício, a corrupção, ter ano a ano aprovação das contas públicas da gestão pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, bem como pela Câmara Municipal de Vereadores – CMVPV, pautar pelo equilíbrio das contas públicas e a implantação da cultura da responsabilidade fiscal como condição básica para combater a inadimplência, realizar operações de crédito, receber repasses voluntários dos Governos Estadual e Federal, Emendas Parlamentares, consequentemente, garantir a boa governança do Município. Informatizar o reconhecimento dos recursos advindos de Convênios Federais e Estaduais, inclusive de Emendas Parlamentares, para aumentar a agilidade na descentralização de recursos para contrapartida, evitando que o município perca de prazos e recursos externos, algo infelizmente muito comum em Porto Velho.

4. Capacidade de investimento e equilíbrio fiscal: aumentar a arrecadação do município por meio da desburocratização e reforma fiscal municipal no sentido de permitir pagamento em dia de fornecedores, aumento da capacidade de investimentos em serviços básicos e promoção social e econômica da população. Todavia, rever os contratos municipais com fornecedores, endividamento e pagamento de juros, efetuar pagamentos aos fornecedores nas datas adequadas.

5. Eficiência nas compras e distribuição: Realizar o levantamento dos Gastos Municipais em serviços de natureza continuada e de pessoal, com o intuito de disponibilizar de maneira ágil, o orçamento para investimento para as Secretarias da área fim (em especial Saúde, Educação e Obras). Implementar uma política de excelência na gestão de compras no intuito de seguir um padrão de entrega com qualidade e na distribuição de materiais, especialmente nas áreas de educação e saúde, permitindo maior controle dos materiais de consumo. Por sua vez, recorrer ao pregão eletrônico no sentido de gerar economia e transparência no relacionamento com os fornecedores.

6. Transparência na gestão pública: implantar uma política de estímulo à cultura da transparência na gestão administrativa e fiscal – recursos públicos, considerando o direito fundamental de acesso à informação ao cidadão. Neste caso, aperfeiçoar o sistema de registro e processamento de pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação. Realizar treinamentos com ouvidores setoriais e autoridades de monitoramento nos órgãos e entidades da Prefeitura de Porto Velho, e encontros com servidores e gestores municipais.

7. Incentivar a mediação de conflitos: Desburocratizar e dar celeridade aos processos no âmbito da administração pública municipal, por sua vez, estabelecer uma legislação municipal que permite a construção dialogada de pareceres referenciais para casos análogos e/ou recorrentes. Neste caso, incentivar a mediação como forma de evitar a judicialização de demandas contra a prefeitura.

PROJETOS ESPECIAIS

É de suma importância a Prefeitura de Porto Velho criar mecanismos institucionais adequados para implementação de projetos que produzam resultados efetivos para qualidade de vida do portovelhense. O objetivo do meu governo é governar lado a lado com a população. Com isso,

queremos aproximar a população do trabalho da gestão pública municipal para identificar as demandas da população. Para atingir esse objetivo teremos o **GABINETE ITINERANTE** que avaliará de perto o andamento de cada área, ouvindo as demandas de cada bairro, distritos, vilas e povoados, com o objetivo de otimizar ações, estratégias e gerenciamento.

1. Criação do Programa Municipal de Defesa do Consumidor – Procon/PMPV: Instituir, no âmbito da Prefeitura, o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor integrado aos diversos órgãos públicos que tratam de questões relativas aos consumidores, por sua vez, a implantação do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, com ampla participação do poder público e da sociedade civil, visando inserir o consumo nos marcos democráticos da justiça e da cidadania, propiciando, inclusive, ações civis públicas e ações coletivas de proteção, criação de setor exclusivo para combater aos abusos, constrangimentos e humilhações cometidos contra o consumidor pela empresa concessionária de energia em Rondônia Energisa. Bem como, criar um setor exclusivo de "Instituto de Pesos e Medidas" Municipal para aferir os medidores dos consumidores de Porto Velho, proporcionando aos consumidores oportunidade de que não estão sendo lesados pelos resultados em perícias exclusivas da Energisa.

2. Programa de atenção a seres humanos portadores de necessidades especiais: implantar um amplo programa em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação ações que ampliem o acesso a alunos/as portadores/as de necessidades especiais, em especial, atendimento às pessoas com autismo, síndrome de down e doenças raras. Por sua vez, fazer cumprir toda a legislação de acessibilidade relativa à mobilidade urbana e ao transporte público, com padronização das calçadas.

3. Cuidar Bem: implementar uma política municipal voltada para pessoas idosas na área da saúde, por meio de integração de programas de

saúde e linhas de ações de cuidados nos equipamentos públicos de esporte, lazer e cultura, criando o Centro de Vivência de Idosos na Zona Sul. Por sua vez, implantar “Casas do Cuidar Bem” para desenvolver atividades ocupacionais com jornada diária de 08 (oito horas) - idosos são deixados de manhã pelos familiares e retirados à tarde de segunda-feira a sexta-feira, como forma de atender às famílias que necessitam trabalhar e que não possuem recursos para pagarem cuidadores.

4. Populações Indígenas: implantar programas permanentes de inclusão da população indígena na Educação, Saúde, Esporte, Cultura e nos programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura, por sua vez, promover a feira de abrir produtos indígenas, visando promover a autossustentação dessas comunidades.

5. Políticas públicas para Juventude: Criar o Centro de Referência da Juventude, possuirá orçamento municipal e sua gestão será realizada em diálogo constante com a sociedade civil, por meio de um Comitê Gestor, instância consultiva e paritária, formada por representantes do poder público – prefeitura e representantes dos conselhos de juventude, tanto o estadual quanto o municipal, e entidades que fazem trabalho em prol da juventude, para garantir a participação dos jovens na elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude, bem como apoiar, incentivar movimentos de projetos no âmbito municipal voltados para a juventude, focado prioritariamente em promover a qualificação profissional para jovens, através de cursos técnicos para a inserção no mercado de trabalho, com parceria com o setor produtivo, e também para os jovens que atuam em áreas não formais de trabalho (como Djs, motoboys, web designers, marceneiros, cozinheiros, eletricitas, pedreiros, carpinteiros, mecânicos, etc.). Bem como incentivo para formalização profissional através do MEI (empreendedor individual) e criação de programas municipais de crédito e microcrédito para jovens empreendedores, em conformidade com as propostas para o desenvolvimento econômico e social deste plano de governo.

6. Políticas públicas para mulheres: construção da Casa da Mulher Brasileira, terreno que já foi cedido pelo município na Av. Imigrantes. Falta a

locação de recursos que deverá vir do Governo Federal através dos Ministérios da Justiça, da Cidadania e da Mulher, Família e Direitos Humanos, Parceria do Governo Estadual, Prefeitura de Porto Velho, Emendas dos Deputados Federais, Estaduais e Senadores e do Tribunal de Justiça. O serviço da equipe de acolhimento e triagem é a porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Forma um laço de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos prestados pelos outros serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário. A equipe multidisciplinar presta atendimento psicossocial continuado e dá suporte aos demais serviços da Casa. Auxilia a superar o impacto da violência sofrida e a resgatar a autoestima, autonomia e cidadania, promover igualdade e diminuição na desigualdade econômica de gênero no mundo do trabalho, incentivando a qualificação profissional das mulheres. Por conseguinte, realizar campanhas educativas pelo fim da violência, estabelecendo ações articuladas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo no âmbito municipal, para promover assistência integral às mulheres, através da estruturação de uma rede de apoio que integre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, habitação, justiça e cidadania.

7. Anda Porto Velho, a Mobilidade urbana e a Nova Rodoviária: promover ações para o sistema de transporte que atenda dignamente às necessidades de mobilidade urbana de Porto Velho, atendendo a todos os modais, com prioridade ao transporte coletivo, conforme determina a Lei de mobilidade urbana, como forma de ampliar o acesso da população aos transportes públicos, de forma contínua, pontual e com qualidade, incentivando e regulamentando outros modais especialmente dos taxistas, mototaxistas, táxi compartilhado e aplicativos, coibindo a pirataria, fomentando as empresas locais e regionais, promovendo a livre concorrência dos meios alternativos de transporte, fazer a regulamentação definitiva do táxi compartilhado para obter a segurança jurídica, haja vista que é o meio aprovado pelos usuários e que atendeu de forma adequada no período que praticamente o transporte público não atendia aos usuários.

Por sua vez, adotar o programa tarifa “Domingo é Meia” no sentido de reduzir à metade o valor da tarifa aos domingos, permitindo a todos os cidadãos e suas famílias o deslocamento para atividades de lazer e turismo com menos custo.

Ponto chave na questão da mobilidade urbana de Porto Velho será a Nova Rodoviária. Em parceria com o Governo do Estado de Rondônia, a construção da Nova Estação Rodoviária de Porto Velho, por sua vez, uma construção moderna, sustentável, confortável e com uma área reservada para um Mini shopping popular e demais equipamentos que ofereçam conforto e comodidade aos passageiros no momento de embarque e desembarque, bem como os passantes, funcionários públicos e das empresas de transporte.